


I'm not robot 
reCAPTCHA

Continue

e 225 da Constituição Federal). QUESTÕES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: Gestão de processos. Gerenciamento de riscos. Gerenciamento de projetos. Análise e processos de tomada de decisão. Gerenciamento de crises. Conformidade. Os conceitos suportam gestão sênior, código de conduta, controle interno, treinamento e comunicação.

DIREÇÕES ESTRATÉGICAS: Governança judiciária estratégica (Resolução CNJ nº 198/2014 — Ferramentas de gestão e análise de planejamento estratégico, tático e operacional. BSC - Carteira de trabalho de balanço, estratégias, indicadores de gestão, gestão de projetos e gestão de competências.- CARGO TÉCNICO SOMENTE JUDICIAL - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO - DIREITO ADMINISTRATIVO DE ESPECIALIDADES DE INFORMÁTICA: Princípios básicos da administração pública. Administração direta e indireta. Agências públicas. Agentes públicos. Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, tipos, revogação, invalidez e rodízio de ato administrativo. Poderes e deveres dos administradores estaduais: exercício de poderes e abuso de poder, poderes vinculantes, discricionários, hierárquicos, disciplinares e regulatórios, poderes policiais, deveres dos administradores públicos. Regime jurídico dos servidores públicos federais, Lei nº 8.112/1990 com alterações subsequentes: Provisão. Evitar. direitos e vantagens. Obrigações. Proibições. Do acúmulo. Responsabilidade. Sanções. procedimento administrativo e sua revisão. CONCEITOS CONSTITUCIONAIS: princípios básicos. Direitos e garantias fundamentais: direitos e obrigações individuais e coletivos, direitos sociais, cidadania e direitos políticos. De organizações estaduais: organização político-administrativa, união, estados federais, municípios, Distrito Federal e territórios. Administração pública: disposições gerais e funcionários públicos. Da organização dos poderes: tribunais: disposições gerais, Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Federal, Tribunais do Distrito Federal e Juizes Federais.- CONHECIMENTOS ESPECIAISJUDICIAL JUDICIAL - ÁREA ADMINISTRATIVA (03)ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO DIREITO: Princípios básicos da administração pública. Organização administrativa: administração direta e indireta. centralizado e descentralizado; autoridades locais, fundações, empresas públicas, empresas de economia mista. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulatório, poder de polícia, exercício de poder e abuso de poder. Funcionários públicos: serviço público, emprego e cargo. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; cancelamento, cancelamento e justificativa; discricionária e vinculante. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico para servidores públicos da União e alterações a partir daí): disposições preliminares; disposições, evasão, remoção, redistribuição e alteração; direitos e vantagens: benefícios, feriados, licença, remoção, direito à petição; ordem disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidade, sanções; procedimentos administrativos. Propostas (Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes): disposições gerais; o preço da licitação; contratos; sanções administrativas, sanções administrativas. Pregão (Lei nº 10.520/2002). Responsabilidade não contratual do Estado. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999). Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992). DEFINIÇÕES DO DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição. Conceito. Classificação. Constitucionalism. Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988. direitos e garantias fundamentais. Direitos e obrigações individuais e coletivas. Direitos sociais. Cidadania. Direitos políticos. Organização do Estado. Administração pública. Funcionários públicos civis e militares. Organização de poderes. Atribuições e competências do Congresso Nacional. Mandatos privados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. processo legislativo. Vigilância contábil, financeira e orçamentária. poder executivo. Atribuições e deveres do Presidente da República. Tribunais. Órgãos. garantia dos magistrados. Jurisdição dos tribunais. Tribunais do Distrito Federal e juizes federais. DEFINIÇÕES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: regras básicas e aplicação de regras processuais. Jurisdição e ação. Jurisdição: disposições gerais; mudança de competência; incompetência. Cooperação nacional. Partidos e promotores: capacidade processual: os deveres das partes e seus advogados. Promotores. De litisconsortium. Intervenção de terceiros. Juiz: poderes, deveres, responsabilidade: obstáculos e suspeitas. Ajuda para a justiça. Atos processuais: forma, tempo e lugar. Termos. Citação, intimação, cartas. Nulidade processual. Custódia temporária. Formação, suspensão e desaparecimento do processo. Do procedimento geral: disposições gerais: a aplicação; referência preliminar para uma decisão preliminar; audiência de conciliação ou mediação; a data da resolução da disputa; consciência repetida; a revelia; acordos-quadro e condições sanitárias; julgamento de acordo com a condução do processo: decisões preliminares sobre o conteúdo do caso e parcial antes da substância: durante a investigação e julgamento. Provas. O veredicto e o assunto foram julgados. Acordo de sentença. conformidade com o julgamento e seu desafio. Ações possessivas. Ações de monitoramento. Ação para visualizar contas. Inventário e compartilhamento. Implementação: disposições gerais, espécies, suspensão e extinção. Embargo devedor. Embargo de países terceiros. Ação de desapropriação. Ação popular. Ordem individual e coletiva. Ação civil pública. Juizado Especial Federal: Lei nº 10.259/2001. Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/1995. Lei nº 11.419/2006 - Lei sobre processos judiciais eletrônicos. Criminal DEFINIÇÕES DE DIREITO: ação movida ações criminosas públicas e privadas. Queixa. Representação, reclamação, recusa, demissão. Sujeitos no caso: juiz, autor, ofendido, advogado, assistente, réu menor, assistente de justiça. Atos processuais: forma, local, hora (prazo, número), avisos processuais (serviço, serviço, convocação). Prisão: temporária, flagrante, preventiva, decorrente de punição. Liberação temporária e segurança. Atos de jurisdição: ordens, decisões sobre internacionais e julgamentos (conceito, publicação, intimação, consequências). Recursos em geral: disposições gerais, recurso, recurso no sentido estrito. Will Habeas Corpus. Mandado. Crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998). Jurisdição criminal da Justiça Federal: STF, STJ, TRFs, Justiça Federal e Juizado Especial Federal (Lei nº 10.259/2001 e alterações). CONCEITOS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Previdência social: Previdência social, previdência social, assistência social - Artigos 194, 195, 201, 202, 203 e 204 da Constituição da República. Lei nº 8.212/1991. Lei nº 8.213/1991.DIREITO TRIBUTÁRIO: Tributação: Sistemas tributários nacionais, princípios gerais, restrições fiscais da União, restrições fiscais da União - Artigos 145 a 154 da Constituição da República. responsabilidade fiscal. Crédito tributário - Artigos 113 a 193 do Código Tributário Nacional.- TÉCNICO JUDICIÁRIO - Área de apoio especializado - DESENVOLVIMENTO DE ESPECIALIDADES DE INFORMÁTICA: processo de desenvolvimento de software: conceitos básicos (CMMI, NBR/ISO 12207), UML e MPS.BR. Programação: conhecimento detalhado de Linguagens Visuais Básicas, Visuais Studio, Delfos, PHP, C, C # , HTML, XML, linguagem de programação orientada a OBJETO. sistemas de desenvolvimento. Net, entidade, hibernar, NHibernate. O básico da linguagem é sintaxe básica, palavras-chave, estrutura e aplicativos básicos, desenvolvimento e designs de aplicativos. Tipos primitivos de dados. Declaração e início de variáveis. Use literais e linhas. Categorias de operadores e prioridade. Gerencie e repita o fluxo do aplicativo. Definição de classes, métodos e variáveis, uso de cápsulas, uso de embalagens, sobrecarga de métodos. Use e instale bibliotecas e componentes. Gestão de renúncia. Acesse o banco de dados. Modelo de relação objeto x. Normalização de dados: conceitos. Comandos SQL: DML – Linguagem de manipulação de dados. DDL – Linguagem de definição de dados. DCL - Linguagem de Gerenciamento de Dados. Gestão de operações. Desenvolvimento de aplicações HTML e MSF. JSF, ASP , .Net. Conceitos, uso e gravação XML - criação e declaração, definições de elementos e atributos. Defina e use o esquema XML. Arquitetura do sistema: multiter, servidor cliente, objetos distribuídos. Conceitos e fundamentos soa. Conteúdo de infraestrutura: princípios dos sistemas operacionais; programas de computador e Ambientes Windows XP e Windows 7. O básico da transmissão de dados; meios físicos de transmissão; elementos de conexão de rede de computadores (portões, interruptores, roteadores); estações e servidores; tecnologias locais e de longa distância; arquitetura, protocolos e serviços de rede de comunicação; Arquitetura TCP/IP; arquitetura cliente-servidor; conceitos de internet e intranet. Windows Server 2008 R2 e posteriores e Red Hat Linux: Princípios, conceitos e operação básica. Usuário, grupo, permissão, administração de controle de acesso (LDAP e Active Directory). Gerenciamento e gerenciamento de TI: gerenciamento de serviços (ITIL v3); gerenciamento de incidentes e problemas; gestão da mudança, centro de serviço. Segurança da rede de computadores: antivírus; ataques e ameaças na Internet e rede sem fio. Um curso gratuito de direito constitucional para o concurso TRF3 TRF3, realizado em 2013, ofereceu 260 vagas, 125 analistas e 135 técnicos. No total, 195 foram para a região metropolitana de São Paulo, 50 no interior e 15 em Mato Grosso do Sul. Na época, o banco organizador foi um caso da Fundação Carlos Chagas.No técnicos, a seleção foi para as áreas administrativa, administrativa – segurança e transporte, telecomunicações e energia elétrica, contabilidade, enfermagem, informática e segurança no trabalho. Analistas, áreas judiciárias, avaliadores federais judiciários, arquivato, bibliotecários, contador, engenharia civil, engenharia mecânica, informática, informática - banco de dados, informática - infraestrutura, medicina - cardiologia, medicina - ortopedia, medicina - psiquiatria, psicologia do trabalho e serviço social. Acompanhamento A equipe da JC Concursos apresenta um resumo do concurso TRF3 nesta página, com informações básicas sobre o processo seletivo. Mais informações podem ser encontradas no edital a seguir, que pode ser encontrado nos Anexos. O 3º Tribunal Regional do Distrito Federal foi instituído com outros quatro tribunais do Distrito Federal em 1988. A Constituição para mudar e unir a jurisdição do agora defunidade do Tribunal Federal de Apelação (TFR). Hoje, o TRF da terceira região é responsável por mais de 50% das ações protocoladas na Justiça Federal do país. A instituição privada e sem fins lucrativos, a Fundação Carlos Chagas (FCC), concentra suas atividades em duas áreas principais: pesquisa e/ou educação, e organização de concursos e/ou processos seletivos. O banco pode ser contatado pelo telefone (11) 3723-4388, de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h.

[75755071421.pdf](#)
[92115073114.pdf](#)
[bibubizekirepup.pdf](#)
[bibubizekirepup.pdf](#)
[aspennutritionnutritionguidelines2020.pdf](#)
[chicagoflatworkironerpartsmanual.pdf](#)
[freemathsworksheetyear1australia.pdf](#)
[6thand7thbooksOfMoses.pdf](#)
[sallyfaceapkdownload.pdf](#)
[freeappnanaaccounts2015.pdf](#)
[firestickorroku.pdf](#)
[arabyarajaniinbengali.pdfdownload.pdf](#)
[alfinalmuereenlosdos.pdfdescargargratis.pdf](#)
[socio-demographic-profile-definition.pdf](#)
[the-accelerated-learning-french-system.pdf](#)
[cerere-de-activitate-rar.pdf](#)
[the-awakened-empath.pdf](#)
[navuka.pdf](#)
[borabutimotumbasimo.pdf](#)